

2 — Validade — o concurso visa o preenchimento do lugar mencionado, esgotando-se com o seu preenchimento.

3 — Legislação aplicável — ao concurso aplicam-se, designadamente:

Decreto-Lei n.º 248/85, de 15 de Julho;
Decreto-Lei n.º 265/88, de 28 de Julho;
Decreto-Lei n.º 353-A/89, de 16 de Outubro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 393/90, de 11 de Dezembro;
Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 218/98, de 17 de Julho;
Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho;
Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 44/99, de 11 de Junho;
Decreto-Lei n.º 549/99, de 14 de Dezembro;
Decreto-Lei n.º 112/2001, de 6 de Abril;
Decreto Regulamentar n.º 12/2001, de 28 de Junho.

4 — Quota para intercomunicabilidade vertical — nos termos do artigo 3.º, n.º 3, do Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro, e atentas as necessidades do serviço e o aproveitamento racional de recursos humanos, a quota de lugares a prover através do mecanismo da intercomunicabilidade vertical é de 0%.

5 — Conteúdo funcional — aos lugares a preencher correspondem as funções previstas no artigo 3.º do Decreto Regulamentar n.º 12/2001, de 28 de Junho.

6 — Remuneração, local e condições de trabalho — a remuneração é a fixada nos termos dos Decretos-Leis n.ºs 112/2001, de 6 de Abril, e 353-A/89, de 16 de Outubro, e legislação complementar, as funções serão exercidas na sede da Inspeção-Geral do Ambiente e do Ordenamento do Território e em qualquer lugar do País onde aquela desenvolva a sua acção, sendo as condições de trabalho e as regalias sociais as genericamente vigentes para os funcionários da administração central.

7 — Requisitos gerais e especiais de admissão:

- Satisfazer as condições previstas no artigo 29.º do referido Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho;
- Possuir licenciatura em Engenharia do Ambiente ou Engenharia Química;
- Ser inspector principal com, pelo menos, três anos de serviço na categoria classificados de *Muito bom*.

8 — Métodos de selecção — a selecção será feita mediante provas públicas, que consistirão na apreciação e discussão do currículo profissional dos candidatos, nos termos da alínea b) do n.º 3 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 112/2001, de 6 de Abril.

9 — A classificação final dos concorrentes, expressa numa escala de 0 a 20 valores, resulta da classificação obtida no método de selecção referido no número anterior, considerando-se não aprovados os candidatos que obtenham classificação inferior a 9,5 valores.

10 — Os critérios de apreciação e ponderação das provas públicas, bem como o sistema de classificação final, incluindo a respectiva fórmula classificativa, constam de acta ou de actas de reuniões do júri do concurso, sendo as mesmas facultadas aos candidatos sempre que solicitadas.

11 — As candidaturas deverão ser apresentadas até ao termo do prazo fixado para a sua apresentação e formalizadas mediante requerimento, devidamente assinado, redigido em papel normalizado, dirigido ao inspector-geral, e remetido por correio, registado com aviso de recepção (desde que expedido até termo do prazo referido no n.º 1 deste aviso), para a Rua de O Século, 63, 1249-033 Lisboa, podendo ainda ser entregue pessoalmente no mesmo endereço, na Secção de Pessoal, e dele devendo constar os seguintes elementos:

- Identificação completa (nome, nacionalidade, filiação, nacionalidade, naturalidade, data de nascimento, número e data do bilhete de identidade e serviço de identificação que o emitiu), número de contribuinte fiscal, residência e código postal;
- Referência ao concurso a que se candidata;
- Habilitações literárias;
- Categoria detida, serviço a que pertence, natureza do vínculo, antiguidade na categoria, na carreira e na função pública e especificação das tarefas que desempenha;
- Declaração, sob compromisso de honra, de que reúne os requisitos gerais de admissão ao concurso e provimento em funções públicas, nos termos do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, sob pena de exclusão.

11.1 — Os requerimentos deverão, obrigatoriamente, ser acompanhados da seguinte documentação:

- Curriculum vitae* detalhado, devidamente assinado e datado, do qual deve constar, designadamente, as habilitações literárias, as funções que exerce e que exerceu anteriormente, com indicação dos respectivos períodos e actividades rele-

vantes, assim como a formação profissional detida (cursos, estágios, especializações, seminários, conferências, etc.);

- Documento comprovativo das habilitações literárias;
- Documentos comprovativos das acções de formação frequentadas, com indicação da entidade que as promoveu, período em que as mesmas decorreram e respectiva duração;
- Declaração, autêntica ou autenticada, emitida pelo serviço respectivo, que comprove a categoria de que o candidato é titular, a natureza do vínculo à função pública, o tempo de serviço contado na categoria, na carreira e na função pública, bem como as classificações de serviço na sua expressão quantitativa respeitantes aos anos relevantes para efeitos de promoção.

12 — Publicitação — a relação de candidatos admitidos e a lista de classificação final serão afixadas na Inspeção-Geral do Ambiente e do Ordenamento do Território e notificadas aos candidatos, nos termos da lei.

13 — Em cumprimento da alínea h) do artigo 9.º da Constituição, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove activamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.

14 — Júri — a composição do júri do concurso é a seguinte:

Presidente — Mestre Leonor Moreira Cartaxo, subinspectora-geral.

Vogais efectivos:

Licenciada Ana Maria Pereira Carvalho Veríssimo, directora de serviços, que substituirá a presidente nas suas faltas e impedimentos.

Licenciada Maria Eduardo Guerra Texugo de Sousa, inspectora superior principal.

Vogais suplentes:

Engenheira Ana Maria Magro e Silva Rodrigues, inspectora superior principal.

Engenheiro José Leonel Ferreira de Carvalho, inspector superior principal.

9 de Maio de 2005. — O Inspector-Geral, *António Sequeira Ribeiro*.

Instituto do Ambiente

Despacho n.º 11 585/2006 (2.ª série). — Por despacho do Secretário de Estado do Ambiente, exarado em 7 de Abril de 2006, foi autorizada a prorrogação do destacamento da engenheira Ana Maria Ribeiro Sousa a prestar serviço na Agência Europeia do Ambiente.

A prorrogação do destacamento produz efeitos até 15 de Maio de 2008.

9 de Maio de 2006. — O Presidente, *João Gonçalves*.

Instituto da Conservação da Natureza

Despacho n.º 11 586/2006 (2.ª série). — Na sequência do procedimento concursal destinado à selecção do titular do cargo de direcção intermédia de 1.º grau, de director de serviços de Apoio às Áreas Protegidas do quadro do Instituto da Conservação da Natureza, nos termos do disposto nos n.ºs 8, 9 e 10 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção que lhe é dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, no uso das minhas competências próprias, nomeio, em comissão de serviço, pelo período de três anos, o licenciado do quadro do ICN Henrique de Menezes Almeida Pereira dos Santos.

O nomeado tem o perfil pretendido para fazer cumprir as atribuições e objectivos do serviço e é dotado da necessária competência e aptidão para o exercício do cargo, conforme resulta do respectivo currículo académico e profissional.

O presente despacho produz efeitos a partir da data da sua assinatura.

5 de Maio de 2006. — O Presidente, *João C. Rosmaninho de Menezes*.

Currículo de dirigente

(resumo)

Nome Henrique Pereira dos Santos.

Título académico — arquitecto paisagista.

Cargo actual — chefe da Divisão de Apoio à Gestão de Áreas Protegidas.

Regime do exercício da função dirigente — comissão de serviço (após concurso).

Serviço: Instituto da Conservação da Natureza.

Telefone: 213523317; fax: 213523103.

E-mail: santoshp@icn.pt.

Data de nascimento ou idade — 11 de Junho de 1960.

Habilitações literárias — licenciatura em Arquitectura Paisagista.

Carreira e categoria de origem — técnico superior de 1.ª classe. Cargos mais relevantes exercidos:

Coordenador da revisão do plano de ordenamento do PNSAC; Responsável pelo processo de planeamento no Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros em 1998;

Presidente da comissão directiva do Parque Natural de Sintra-Cascais, em 1997;

Presidente da comissão instaladora do Parque Natural do Douro Internacional, de Julho de 1996 a Janeiro de 1998;

Vice-presidente do Instituto da Conservação da Natureza, de Março de 1996 a Janeiro de 1998;

Fundador da ACNAT — Agência para a Conservação da Natureza, L.ª, empresa de serviços na área da conservação da natureza, actualmente extinta;

Responsável pela disciplina de Ecologia (Análise Paisagística) do curso superior de Arquitectura da Escola Superior Artística do Porto, em 1988-1989.

Despacho n.º 11 587/2006 (2.ª série). — Na sequência do procedimento concursal destinado à selecção do titular do cargo de direcção intermédia de 1.º grau, de director de serviços da Conservação da Natureza, do quadro do Instituto da Conservação da Natureza, nos termos do disposto nos n.ºs 8, 9 e 10 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção que lhe é dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, no uso das minhas competências próprias, nomeio, em comissão de serviço, pelo período de três anos, o licenciado do quadro do ICN Mário Alexandre Lopes Rodrigues Silva.

O nomeado tem o perfil pretendido para fazer cumprir as atribuições e objectivos do serviço e é dotado da necessária competência e aptidão para o exercício do cargo, conforme resulta do respectivo currículo académico e profissional.

O presente despacho produz efeitos a partir da data da sua assinatura.

5 de Maio de 2006. — O Presidente, *João C. Rosmaninho de Menezes*.

Curriculum vitae

(síntese em Maio de 2006)

1 — Identificação e dados pessoais:

Mário Alexandre Lopes Rodrigues da Silva;
Data e local de nascimento — Lisboa, 21 de Novembro de 1963;
Residência — Lisboa.

2 — Habilitações académicas e suplementares:

Maio de 1993 — curso de Direito do Ambiente (Instituto Nacional de Administração);
Dezembro de 1988 — licenciatura em Biologia — Recursos Faunísticos e Ambiente, Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa (FCUL).

3 — Enquadramento e percurso profissionais:

De Abril de 2005 a Abril de 2006 — director de serviços da Conservação da Natureza do ICN;
De Fevereiro de 2001 a Abril de 2002 e de Fevereiro de 2004 a Março de 2005 chefe da Divisão de Habitats e Ecossistemas do ICN;
De Junho de 1998 a Outubro de 1999 — assessor do Gabinete do Secretário de Estado do Ambiente;
Agosto de 1992 — integra o quadro privativo do ICN (DHE/DSCN);
De Agosto de 1990 a Março de 1991 — consultor técnico da empresa NATURIBÉRICA — Estudos e Divulgação em Biologia, L.ª;
Março de 1990 — contrato administrativo de provimento com o SNPRCN (ex-ICN);
De Setembro de 1987 a Maio de 1990 — monitor do Departamento de Zoologia e Antropologia da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa.

Enquadramento funcional e competências específicas no âmbito do ICN:

Representante do ICN no grupo de trabalho de perspectivas financeiras do GRI/MAOTDR;

Desde Julho 2003 — membro da equipa de projecto do plano sectorial para a Rede Natura 2000;

Desde 2001 — articulação com o GRI/MAOTDR para matérias comunitárias e internacionais na área da biodiversidade;

Desde Agosto 2000 — membro do Secretariado Nacional para a Convenção sobre a Diversidade Biológica;

Desde Novembro 1999 — ponto focal nacional para o instrumento financeiro comunitário LIFE-Natureza;

De Novembro de 1999 a Junho de 2000 — representante do ICN nas negociações relativas ao Protocolo de Biosegurança, no âmbito da Convenção sobre a Diversidade Biológica;

De Fevereiro de 1998 a Agosto de 1999 — coordenador do grupo de trabalho do Ministério do Ambiente para a elaboração da estratégia nacional de conservação da natureza e da biodiversidade;

De Novembro de 1997 a Junho de 1998 — representante do ICN na comissão de acompanhamento das infra-estruturas de Alqueva e coordenador do grupo de trabalho do património natural;

De Outubro de 1996 a Junho de 1998 — coordenador do Centro de Estudos de Migrações e Protecção de Aves (ICN) e seu representante junto da União Europeia para a anilhagem; 1992 — representante do SNPRCN no grupo de trabalho de estatísticas demográficas e sociais — área do Ambiente, do Conselho Superior de Estatística;

De Janeiro de 1991 a 1993 — membro da equipa técnica do projecto CORINE — Biótopos;

De 1990 a Junho de 1998 — co-responsável (com J. P. Granaideiro) pelo Programa Nacional de Monitorização da Mortalidade de Aves Marinhas durante o Inverno no Litoral Português — Inspeções Costeiras, integrado desde 1992 no Projecto Acção Preparatória para o Estabelecimento de uma Rede de Áreas Protegidas na Parte Sul do Mar do Norte e na Parte Ocidental do Mar Báltico — Parte II: Inspeções Costeiras Internacionais para Monitorização de Aves (SNPRCN, Ornis Consultant, financiado pela Comissão Europeia).

Outras actividades (externas ao âmbito do ICN):

1998-1999 — membro da comissão externa de avaliação das licenciaturas de Biologia e Biotecnologia (Ministério da Educação; Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas);

1995-1997 — vice-presidente da direcção nacional da Associação Portuguesa de Biólogos;

De Abril de 1993 a Outubro de 1996 — director da revista *O Biólogo*, Associação Portuguesa de Biólogos;

1992-1993 — comissário de ambiente da European Communities Biologists Association;

De Maio de 1990 a Março de 1995 — tesoureiro da direcção nacional da APB.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA E DA INOVAÇÃO

Secretaria-Geral

Rectificação n.º 839/2006. — Para os devidos efeitos e por ter saído com inexactidão, se rectifica o aviso n.º 5246/2006 (2.ª série), inserto no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 86, de 4 de Maio de 2006, a p. 6548. Assim, onde se lê, nos vogais efectivos:

«2.º Maria Beatriz Batista Calhau Ferreira, técnica profissional especialista principal.»
deve ler-se:

«2.º Maria Beatriz Batista Calhau Ferreira, técnica especialista principal.»

12 de Maio de 2006. — O Secretário-Geral, *Mário Silva*.

Inspeção-Geral de Jogos

Rectificação n.º 840/2006. — Por apresentar algumas incorrecções a lista de antiguidade de 2005, informa-se que se encontra afixada na sede da Inspeção-Geral de Jogos, sita na Rua de D. Luís I, 5, 2.º, 1200-149 Lisboa, nova versão da referida lista devidamente rectificadas.

8 de Maio de 2006. — O Subinspector-Geral, *Amável Cunha*.